

Políticas Públicas na Educação Brasileira: Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental 2

Camila Rodrigues dos Santos
Elda Silva do Nascimento Melo
(Organizadoras)

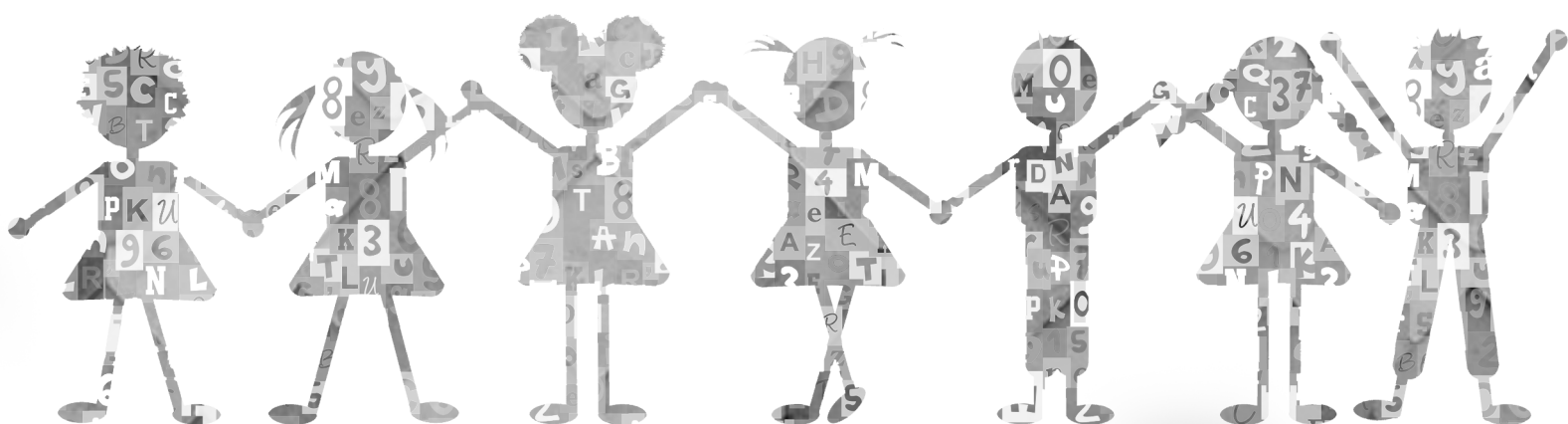
 Atena
Editora
Ano 2019



Políticas Públicas na Educação Brasileira: Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental 2

Camila Rodrigues dos Santos
Elda Silva do Nascimento Melo
(Organizadoras)

Atena
Editora
Ano 2019



2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P769	<p>Políticas públicas na educação brasileira [recurso eletrônico] : educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental 2 / Organizadoras Camila Rodrigues dos Santos, Elda Silva do Nascimento Melo. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Políticas Públicas na Educação Brasileira. Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental; v. 2)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-722-2 DOI 10.22533/at.ed.222191810</p> <p>1. Educação e Estado – Brasil. 2. Ensino infantil. 3. Prática de ensino. I. Santos, Camila Rodrigues dos. II. Melo, Elda Silva do Nascimento.</p> <p style="text-align: right;">CDD 370.71</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Acompanhar a criança em seu processo de ensino/aprendizagem na escola exige uma série de conhecimentos. Esses devem partir de uma formação em que os(as) professores(as) se constituem profissionalmente, por meio da compreensão de conhecimentos pertinentes a relação teórico-prática, da compreensão da historicidade da educação e dos conhecimentos de forma crítica e reflexiva de políticas públicas educacionais.

No Brasil nas últimas décadas tem se experimentado um acelerado processo de mudanças, no que se diz respeito às formas em que a política se apresenta, assim como, pelo engajamento e expressividade das lutas sociais em defesa da educação, da democracia, da ética na política e na defesa da escola **pública**. Pautados na visão de que a educação é um bem significativo na sociedade, capaz de conduzir a emancipação dos sujeitos sociais, concordamos com a visão de Paulo Freire, quando afirma que a educação não transforma a sociedade, mas a educação transforma pessoas, pessoas que constituem a sociedade e essas podem modificá-la. Nessa preposição de reflexão, destacamos a importância das políticas públicas educacionais para a transformação e emancipação da sociedade.

Sabemos que as políticas públicas se configuram em intervenções governamentais com vista a atender demandas postas pela sociedade em determinada área de atuação do Estado. Considerando o interesse de professores(as), estudantes, pesquisadores e demais interessados pela temática, apresentamos, nessa obra, uma série de estudos e pesquisas, tanto de cunho referencial teórico como relatos de experiência, que estão pautadas no marco legal das “Políticas Públicas da Educação Brasileira”. Neste livro abordaremos, mais especificamente, as políticas que fazem referência às etapas da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, primeiros níveis da constituição da educação básica no Brasil.

As políticas públicas em discussão nesta obra, pautam-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e suas atualizações, nos Parâmetros Curriculares Nacionais 1^a a 4^a série (1997), nos Referenciais Curriculares Nacionais para Educação Infantil (1998), nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013) e na Base Nacional Comum Curricular (2017). Esses documentos são responsáveis por orientar a organização, articulação, o desenvolvimento e a avaliação das propostas pedagógicas de todas as redes de ensino brasileira.

O livro está organizado em duas partes. Na primeira parte, “Referencial teórico”, foram desenvolvidos textos que tratam de pesquisas teórico/legais. Portanto, constitui-se de cinco capítulos que têm como abordagem metodológica a revisão literária e documental, porém cada um deles tem um recorte de uma determina temática educacional. Suas reflexões são frutos de pesquisas sobre literatura infantil, jogos e brincadeiras, educação inclusiva, o ensino de matemática e um programa de formação continuada para professores(as) alfabetizadores. Em todos os textos

buscou-se trazer subsídios para a formação de professores(as), no que diz respeito ao desenvolvimento de uma prática consciente e transformadora na educação básica.

Na segunda parte, “Experiências didático pedagógicas”, foram selecionados doze textos de experiências desenvolvidas em diferentes escolas, todas da rede pública, em que a abordagem metodológica baliza-se nos relatos de experiência. Estas foram realizadas desde bebês até crianças do ensino fundamental I. Nesses textos, foram abordadas temáticas diversas e bastante ricas, partindo da musicalidade na infância; passando pela formação continuada de professores(as); por trabalhos significativos, como pintura de dedo, contos de história, linguagem oral, projetos pedagógicos, conhecimento de animais; reflexões sobre o fazer docente; práticas pedagógicas no berçário; atendimento educacional especializado e consciência fonológica na linguagem escrita. Essas experiências exitosas, que têm como objetivo promover aprendizagens significativas, foram apresentadas e discutidas visando impulsionarem os Centros Infantis e as escolas de Ensino Fundamental a retomar, revisar e ampliar suas concepções e metodologias para desenvolver experiências didático-pedagógicas que sejam pautadas nos documentos oficiais e garantam o protagonismo das crianças em processos de aprendizagem significativa.

Deste modo a obra “Políticas Públicas na Educação Brasileira: Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental” – volume 2, apresenta um conjunto de textos em que propomos aos leitores uma contribuição aos debates teórico/práticos sobre o ensino/aprendizagem de crianças. Com pesquisas fundamentadas e resultados práticos obtidos pelos diversos professores(as), apresentamos textos que contribuem para pensar a educação de crianças de maneira concisa e didática. Destacamos a importância da divulgação científica, como também, evidenciamos a estrutura da Atena Editora, que oferece uma plataforma consolidada e confiável para pesquisadores exporem e divulgarem seus resultados.

Que essas experiências contagem e sejam ressignificadas e transformadas em muitas outras experiências, com o intuito de se oferecer educação pública de qualidade para todas as crianças deste país.

Camila Rodrigues dos Santos
Elda Silva do Nascimento Melo

SUMÁRIO

REFERENCIAL TEÓRICO

CAPÍTULO 1	1
OS BEBÊS E OS LIVROS: UM UNIVERSO DE NOVAS PERCEPÇÕES LEITORAS	
Adriana Diniz F. de Melo	
DOI 10.22533/at.ed.2221918101	
CAPÍTULO 2	10
O JOGO DRAMÁTICO E SUAS POSSIBILIDADES DE UTILIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL - FAIXA ETÁRIA DE 4 A 5 ANOS	
Tânia Noemia Rodrigues Braga	
DOI 10.22533/at.ed.2221918102	
CAPÍTULO 3	19
EDUCAÇÃO INCLUSIVA E AUTISMO INFANTIL	
Karine Feitosa Carlos Santana	
DOI 10.22533/at.ed.2221918103	
CAPÍTULO 4	30
CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENSINO DE PROBABILIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Talita Emídio Andrade Soares	
Denilson Junio Marques Soares	
DOI 10.22533/at.ed.2221918104	
CAPÍTULO 5	37
FORMAÇÃO CONTINUADA, UMA NECESSIDADE PERMANENTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA: O PNAIC	
Camila Rodrigues dos Santos	
Elda Silva do Nascimento Melo	
DOI 10.22533/at.ed.2221918105	

EXPERIÊNCIAS DIDÁTICO PEDAGÓGICAS

CAPÍTULO 6	52
MUSICALIDADE NA INFÂNCIA – PROJETO: MÚSICA, SOM E ANIMAÇÃO!	
Camila Rodrigues dos Santos	
Pricila Karianne Holanda Nascimento	
Edinalva Ribeiro Pimentel Urbano	
DOI 10.22533/at.ed.2221918106	
CAPÍTULO 7	64
FORMAÇÃO CONTINUADA E AS EXPERIÊNCIAS SE SUCESSO NOS CENTROS DE REFERENCIA EM EDUCAÇÃO INFANTIL DE JOÃO PESSOA	
Francineide Ribeiro Viana Santos	
Lindinalva de Alcântara Correia	
Maria da Conceição Pereira Ferreira Alves	
DOI 10.22533/at.ed.2221918107	

CAPÍTULO 8	70
PINTURA A DEDO: UMA POSSIBILIDADE DE TRABALHO SIGNIFICATIVO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Yaeko Nakadakari Tshako Stela Miller	
DOI 10.22533/at.ed.2221918108	
CAPÍTULO 9	84
CONTRIBUIÇÕES DO CONTO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Ana Claudia Tenor	
DOI 10.22533/at.ed.2221918109	
CAPÍTULO 10	91
“PRIQUITO” OU PERIQUITO? EIS A QUESTÃO!	
Elisângela de Oliveira Baracho	
DOI 10.22533/at.ed.22219181010	
CAPÍTULO 11	103
A MEDIAÇÃO DE PROJETOS PEDAGÓGICOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Edla Barbosa Cavalcanti de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.22219181011	
CAPÍTULO 12	107
EU SOU UM DINOSSAURO: VIVENCIANDO EXPERIÊNCIAS COM OS ANIMAIS NA PRIMEIRA INFÂNCIA	
Alexandra Barbalho Rodrigues dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.22219181012	
CAPÍTULO 13	114
O COORDENADOR PEDAGÓGICO E A REFLEXÃO DO FAZER DOCENTE	
Josélia Praxedes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.22219181013	
CAPÍTULO 14	119
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO BERÇÁRIO	
Maria do Socorro Gomes Oliveira de Medeiros Ivanise Lira Albuquerque dos Santos Waldenira Cavalcante de Almeida Montenegro	
DOI 10.22533/at.ed.22219181014	
CAPÍTULO 15	124
VIVENCIANDO NA ROTINA DIÁRIA A PRÁTICA DE VALORES HUMANOS PARA A CONSTRUÇÃO DO CARÁTER DAS CRIANÇAS DO INFANTIL III	
Karla Gerlânia Pereira Idária Gomes Landim	
DOI 10.22533/at.ed.22219181015	

CAPÍTULO 16	128
ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Martha Sousa Brito Pereira	
Leandro Nogueira Dias	
Monyka Brito Lima dos Santos	
Edeane Silva de Sousa	
Lara Vanessa Alves de Sousa	
Gerlani Soares da Silva Nunes	
Antonia Vilma Matias de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.22219181016	
CAPÍTULO 17	138
UMA EXPERIÊNCIA COM O TRABALHO DE CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Ana Claudia Tenor	
DOI 10.22533/at.ed.22219181017	
CAPÍTULO 18	149
EDUCAÇÃO NO CAMPO: UM ESTUDO DA POLÍTICA DE NUCLEAÇÃO NO ASSENTAMENTO VILA AMAZÔNIA	
Rosana Ramos de Souza	
Luiz Bezerra Neto	
DOI 10.22533/at.ed.22219181018	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	161
ÍNDICE REMISSIVO	162

ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Martha Sousa Brito Pereira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA, Buriticupu-Ma.

Leandro Nogueira Dias

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA, Buriticupu-Ma.

Monyka Brito Lima dos Santos

Centro Universitário de Ciências e Tecnologia do Maranhão – UNIFACEMA, Caxias-Ma.

Edeane Silva de Sousa

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA, Buriticupu-Ma.

Lara Vanessa Alves de Sousa

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA, Buriticupu-Ma.

Gerlani Soares da Silva Nunes

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA, Buriticupu-Ma.

Antonia Vilma Matias de Sousa

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA, Buriticupu-Ma.

RESUMO: Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um método mediador da educação inclusiva que visa dar suporte à educação regular, para avanços no processo ensino-aprendizagem de alunos com limitações. O presente estudo objetivou relatar uma experiência sobre o funcionamento e organização da estrutura da

Educação Infantil no AEE. Trata-se de um estudo de natureza descritiva do tipo relato de experiência, desenvolvido em uma escola pública no município de Buriticupu, Maranhão, Brasil. O público alvo foi composto por docente da educação infantil atuantes no AEE. A observação foi realizada a partir de algumas visitas na Sala de Recursos Multifuncionais utilizadas pelos educadores do AEE. Observou-se uma fragilidade significativa na qualidade do ensino do AEE, devido a pouca formação dos profissionais, além da falta de tecnologias assistivas que facilitariam o processo de ensino-aprendizagem na perspectiva da Educação Inclusiva, a barreira colocada pela família em relação a esse atendimento também é uma das causas que acometem as crianças com limitações, as famílias tendem a não superar certas dificuldades no desenvolvimento intelectual e social. É necessária uma maior dedicação por parte dos gestores públicos e direção escolar em relação à especialização dos professores que atuam no AEE e orientação para as famílias das crianças sob acompanhamento especializado, que é de suma importância para a inclusão dos alunos no processo de ensino, a estruturação da sala do AEE com tecnologias assistiva é relevância para a atuação dos educadores e desenvolvimento de crianças que necessitam do AEE para seu pleno progresso escolar, familiar e social.

PALAVRAS-CHAVE: Atendimento Especializado. Atendimento em Sala de recurso. Educação infantil, Educação Especial.

ORGANIZATION AND OPERATION OF SPECIALIZED EDUCATIONAL CARE IN CHILD EDUCATION: AN EXPERIENCE REPORT

ABSTRACT: Specialized Educational Care (ESA) is a mediating method of inclusive education that aims to support regular education, for advances in the teaching-learning process of students with limitations. The present study aimed to report an experience on the functioning and organized structure of Early Childhood Education in ESA. This is a descriptive study of the experience report type, developed in a public school in the city of Buriticupu, Maranhão, Brazil. The target audience was composed of kindergarten teacher working at AEE. The observation was made from some visits to the Multifunctional Resource Room used by AEE educators. There was a significant weakness in the quality of ESA teaching, due to the lack of training of professionals, besides the lack of assistive technologies that would facilitate the teaching-learning process from the perspective of Inclusive Education, the barrier placed by the family in relation to this service. It is also one of the causes that affect children with limitations, families tend not to overcome certain difficulties in intellectual and social development. Greater dedication on the part of public managers and school management is needed in relation to the specialization of teachers working in the ESA and guidance to the families of children under specialized supervision, which is of utmost importance for the inclusion of students in the teaching process. Structuring the ESA room with assistive technologies is relevant to the role of educators and the development of children who need ESA for their full school, family and social progress.

KEYWORDS: Specialized Care. Attendance in the resource room. Early childhood education, Special Education.

1 | INTRODUÇÃO

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/1996, a educação é um dever da família e do estado e se configura no pleno desenvolvimento escolar, familiar e social, preparando a criança para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Baseado nessa finalidade, a LDB em seu artigo 3º, traz como alguns de seus princípios essenciais para o desempenho da educação: “I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; (...) IX - garantia de padrão de qualidade” (LDB, 1996).

Nessa concepção a educação é um dos principais suportes para a sociedade, Costa e Rauber (2009) afirmam que a educação deve ser compreendida como um processo para a diminuição das desigualdades, visando igualdade e qualidade social. Para o início desse processo dispomos da educação infantil que “tem como

finalidade o desenvolvimento absoluto das crianças até cinco anos de idade (...), desenvolvimento da autonomia, da identidade e a interação com outras pessoas” (TEIXEIRA; VOLPINI, 2014, p.77).

A Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica e, tem assumido um papel cada vez mais relevante no processo educacional, que contempla crianças de até 05 anos de idade. Esta fase é o primeiro contato que a criança tem com o convívio escolar, além de desenvolver e aperfeiçoar a coordenação motora, e outros aspectos através de metodologias recreativas.

Segundo Andrade (2010) a Educação Infantil tem por finalidade desenvolver a potencialidade em todos os aspectos seja físico, mental ou social da criança até seis anos, auxiliando a família e a sociedade e, complementa ainda as propostas por meio de atividades lúdicas, criando condições para a criança conhecer através da sua interação social e processos de ambientação na escola valores, costumes e sentimentos que são de suma importância para seu convívio familiar, educacional e social.

Como suporte da educação dispomos do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na compreensão da educação inclusiva e visa dar suporte à educação regular, para avanços no processo ensino-aprendizagem de alunos com limitações. Para tanto, o decreto 7.611 de 2011, artigo 2º, §2º, caracteriza que:

O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas (BRASIL, 2011).

Para tanto, os educadores do AEE devem atuar de forma auxiliar com os docentes da sala regular, para facilitar a inclusão das crianças com limitações diversas. Enfatizando que constantes discursões sobre a inclusão estão baseados em uma nova perspectiva que conta com auxílio das salas do AEE.

Corroborando, a LDB segundo o artigo 59 diz que “os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades” (LDB, 1996).

A prática do AEE na educação infantil se estrutura como fator de elevada importância, considerando que oferece a base do desenvolvimento de aspectos básicos da aprendizagem, de funções exploradas e adquiridas nas etapas seguintes da educação básica. A modalidade AEE requer formação na área, visando a melhor metodologia no processo de ensino-aprendizagem.

A formação contínua tem os objetivos de estarem sempre inovando para que os professores desses seguimentos estejam preparados, para trabalhar com as mais diversas tecnologias assistivas, apesar de possuírem poucas formações voltadas a área da educação infantil. Segundo Gatti (2010), as disciplinas referentes à educação

infantil e educação especial são poucas apresentadas em licenciaturas pedagógicas, sendo que as abordagens da temática são meramente descritivas, superficiais e que pouco permite um aprofundamento em relação à educação especial.

Tendo em vista o que exposto, este estudo objetivou relatar uma experiência sobre o funcionamento e organização da estrutura da Educação Infantil no Atendimento Educacional Especializado em Buriticupu município no interior do Maranhão. A realização desta observação descritiva justifica-se pela necessidade de demonstrar pontos do AEE que podem ser implementados com a finalidade de beneficiar o desenvolvimento da criança a partir de métodos e estratégias educativas, bem como ressaltar a importância da capacitação dos docentes do AEE.

2 | METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de natureza descritiva do tipo relato de experiência (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007), desenvolvido em uma escola pública na zona urbana do município de Buriticupu, Maranhão, Brasil. O público alvo foi composto por professores de uma escola pública. O critério de inclusão dos educadores foi atuar na educação infantil através do Atendimento Educacional Especializado. O trabalho foi realizado a partir de algumas visitas na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) onde os educadores realizavam o atendimento.

Foram realizados quatro encontros em dois dias (turnos matutino e vespertino), no primeiro encontro foi apresentado o tema e o objetivo da observação descritiva aos educadores que aceitaram a presença do observador na sala de atendimento educacional especializado. Os atendimentos acontecem de segunda a quinta, nos turnos matutino e vespertino e tem duração de 2 horas de atividade que eram desenvolvidas apenas com alguns jogos e nenhum tipo de tecnologia assistiva.

Foram utilizados para as observações alguns questionamentos prévios sobre a qualidade do AEE na Educação Infantil o procedimento se deu através de algumas anotações descritivas que buscaram responder o objetivo proposto em relação à organização e funcionamento do atendimento educacional especializado na educação infantil.

3 | RELATO DE EXPERIÊNCIA

A necessidade de vários materiais tanto pedagógicos quanto didáticos é um obstáculo para um melhor processo de ensino-aprendizado, tendo em vista que, a sala de recursos educacionais tem que estar preparada para auxiliar no desenvolvimento dos discentes e assim, barreiras sejam quebradas e os alunos com especificidades tenham pleno acesso na sala regular de ensino para um desenvolvimento social e profissional.

Pôde-se observar que a estrutura do AEE na Educação Infantil é um pouco precária, faltam materiais didáticos, pedagógicos e informativos simples e essenciais para o processo de ensino-aprendizagem e atividades que contribuem para o desenvolvimento geral das crianças acompanhadas. A estrutura da sala é inadequada, não atende às necessidades dos discentes, nem tão pouco dispendo de quais quer tecnologia como ferramenta de ensino (Relator da Experiência).

Segundo a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva do Ministério da Educação, a educação especial e inclusiva tem como:

(...) função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (BRASIL, 2008, p.15).

A sala do AEE observada neste estudo, não atendia o que é preconizado às crianças com especificidades de acordo com a Política de Educação Especial, tendo em vista que esse atendimento deve fornecer assistência ampla aos alunos. O apoio complementar do AEE na Educação Infantil é de suma importância para a educação especial, mas o vivenciado na instituição é outra realidade, pois é trabalhada mais a socialização, deixando de lado a inclusão do conteúdo da sala regular, por falta de tecnologia assistiva e mais formação continuada às professoras que se acomodam em apenas achar que os alunos com especificidades não apresentam rendimento na escrita e leitura.

Segundo Ropoli (2010), a organização do AEE deve considerar as singularidades de cada aluno. Os discentes que possuem as mesmas limitações podem apresentar diferentes formas de aprendizagem e por isso devem ser avaliados e acompanhados de acordo com suas necessidades, peculiaridades e grau de dificuldade de aprendizagem, devendo “o atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas” (BRASIL, 2008, p.16).

A sala multifuncional do AEE deve estar preparada para receber as limitações diversas e trabalhar tanto a socialização quanto o pleno desenvolvimento do discente. O AEE deve ser coordenado para assegurar o desenvolvimento dos alunos sendo que ofertado obrigatoriamente no contra turno ao da classe comum, auxiliando na formação do aluno com limitação buscando a inclusão do mesmo por meio de tecnologias e metodologias diversas para seu pleno desenvolvimento no processo da aprendizagem e participação na sociedade (SEABRA JR.; LACERDA, 2018; BRASIL, 2008).

Em relação ao funcionamento da sala do AEE e os horários de seu atendimento a escola observada dividiu os dias da semana nos quais quatro dias estão destinados às crianças na sala do AEE nos turnos matutinos e vespertinos, e um dia para

planejamento pedagógico, o tempo disponibilizado para as crianças são de duas horas em cada turno, esse cronograma foi elaborado de acordo com a demanda, a organização do tempo do atendimento no AEE varia de acordo com as necessidades e quantidade dos alunos (CARDOSO; TARTUCI, 2013).

Durante o tempo de observação, averiguou-se que:

A sexta-feira é o dia pedagógico onde são elaborados e confeccionados os recursos pedagógicos para aplicação durante a semana. Os educadores planejam, realizam e desenvolvem as atividades para cada dia da semana, geralmente são jogos educativos. O planejamento é feito separadamente elevando novamente que os professores trabalham diferentes às vezes não levando em conta a especificidade do aluno, por isso que o planejamento em conjunto é importante para que ambos possam trocar informações visando melhorar e facilitar o processo ensino-aprendizagem (Relator da Experiência).

O decreto 7.611 de 2011 em seu artigo 3º sobressaltam a o dever de “fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem”. Enquanto o Conselho Nacional de Educação, na Resolução nº 04 de 2009, parágrafo único, mostra que é essencial: “(...) identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial” (BRASIL, 2011; BRASIL, 2009, p.3).

A ornamentação da sala é confeccionada pelas próprias professoras da sala do AEE, há vários cartazes voltados para a educação inclusiva e alguns jogos, mas nada voltada para a tecnologia assistiva (Relator da Experiência).

Alves (2006) revela que a Tecnologia Assistiva, são todos os recursos e serviços que auxiliam ou ampliam habilidades funcionais de pessoas com limitações e que promovem vida independente e contribuem para sua inclusão. O Decreto 7.611 de 2011, artigo 5º, § 3º: preconiza que “as salas de recursos multifuncionais são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado” (BRASIL, 2011).

Buscamos ver a interação entre os professores da sala do AEE e os da classe comum e, como se dava a realização do planejamento. Porém os professores da sala do AEE são distantes dos professores da sala comum devido segundo o observado o tempo é uma das principais causas, dentro desse processo de inclusão essa interação deveria existir, pois nesse processo os alunos da educação especial seriam mais bem assistidos, os professores perceberiam nessa troca de informações no que deveria trabalhar para um melhor desenvolvimento desses alunos.

Segundo Rodrigues e Cia (2013) mesmo que seja difícil estabelecer essa relação entre professor do AEE e da sala comum, seja por não terem tempo ou dificuldade de contato, essa interação é necessária para o pleno desenvolvimento do discente. Ropoli (2010, p.19) ressalta ainda que “os professores comuns e os da Educação Especial precisam se envolver para que seus objetivos específicos de ensino sejam alcançados, compartilhando um trabalho interdisciplinar e colaborativo”.

Segundo Andrade (2010) o planejamento refere-se a base da organização dos objetivos e metas que os educadores pretendem alcançar. Neste contexto podemos perceber o quão importante é a interação dos professores do AEE e da sala comum, pois ambos juntos poderiam traçar estratégias que dariam resultados mais rápidos que aplicados separadamente.

Dentro da perspectiva da educação especial na educação infantil visamos observar qual o valor dado pela família referente à sala do AEE. Pode se notar que algumas famílias se preocupam em acompanhar o desenvolvimento do filho em relação a sala do AEE, mas não são todas. Esse acompanhamento familiar é muito importante, pois as crianças se sentem mais motivadas facilitando assim o processo de aprendizagem.

Para Fettback e Baldin (2014) a família deve participar diretamente no processo de ensino-aprendizagem da criança, essa participação efetiva pode otimizar o desenvolvimento das crianças e adolescentes em relação às necessidades que apresentam. A presença da família facilita a interação do aluno com especificidade a sentir confiança na sua interação social, em vista que está presença familiar mudaria em muito o aprendizado dos educandos.

Costa e Ceron (2014) afirmam que a família como responsável pelo progresso social e psíquico da criança deve buscar uma interação com a escola, incentivando assim que iniciativas vão de encontro com as necessidades dos alunos.

Na Instituição observada existe o atendimento de todas as especificidades, todas as crianças que necessita do AEE são recebidas. Dentre as dificuldades observadas, uma é que o professor, algumas vezes, não tenha o domínio e conhecimento sobre a deficiência da criança que assiste. Durante o atendimento, muitas crianças ficam observando e não podem fazer nada, pois os recursos da sala são limitados e escassos, além de que alguns dos educadores não têm o conhecimento necessário para trabalhar diante dessa limitação, esta é uma das importâncias para as formações continuadas dos educadores do AEE, para que possam ser criativos com o que tem à disposição, sair do comodismo, visando o pleno desenvolvimento dos alunos. Não é indicado que estas crianças percam as poucas 2 horas de atendimento sem realizar suas atividades (Relator da Experiência).

Segundo Silva (2011) e Souza et al. (2017), o educador é a chave para fazer com que a inclusão realmente ocorra para isso ele precisa se sentir preparado para atuar com domínio junto aos alunos. A função do professor na sala do AEE é ser facilitador no processo inclusivo do aluno da Educação Especial dentro da instituição regular de ensino.

Ainda nesta concepção os autores avaliam criar formas para a superação das dificuldades para que esses educandos tenham plenos desenvolvimentos no âmbito escolar e fora dele, buscar ter uma interação com o educador da sala regular visando o ensino-aprendizagem e orientar a família da importância na utilização dos recursos didáticos que auxiliam em seu aprendizado.

O professor que atua neste segmento da educação especial deve ter formação

específica na área. A necessidade de que os professores do AEE sejam formados é que visem desenvolver um trabalho que não tenha dificuldades, sabe-se que a formação sana muitas dessas dúvidas encontradas por docentes que trabalham com o público-alvo da educação especial.

De acordo com LDB 9.394/1996 artigos 59, a “(...) especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (LDB 1996).

Em vista de um melhor processo de ensino aprendizagem existem alguns problemas a serem melhorados como, formações continuadas para o aprimoramento cada vez mais dos professores na sala do AEE, a conscientização da família com seus filhos dentro da instituição, coordenadores, direção, a escola como um todo, para que possam ter sucesso para um novo alhar a educação inclusiva.

Em relação ao envolvimento de uma parceria da saúde com a educação com alunos que possuem especificidades e que necessitam desse acompanhamento na escola observada não existe, nunca houve.

As famílias chegam com crianças ao AEE sem laudo, sem orientação ou qualquer acompanhamento da saúde. Quando tem um pai dedicado, que assiste ao filho, que goste de participar para estar acompanhando é significativo. Porém tem outros que não fazem esse acompanhamento e isso dificulta o processo de ensino-aprendizagem (Relator da Experiência).

Há necessidade de uma relação entre a educação e a saúde, para o bom desempenho da criança, visando a melhor implementação dos métodos e estratégias que serão utilizados pelo educador e que levará em consideração a deficiência e necessidades individuais do educando, para tanto, há especificidades para que tenha um ambiente adequado que contribua para o processo de ensino-aprendizagem (MILANEZ; OLIVEIRA; MISQUIATTI, 2013).

Podemos observar que as áreas da educação e saúde deveriam ser indissociáveis no atendimento de pessoas com necessidades especiais, pois ambas afetam diretamente na aprendizagem e no seu desenvolvimento. Os autores enfatizam ainda que a articulação dessas áreas é o início para bem estar na vida desse público-alvo, porém não costuma ser observada a interação dos profissionais da saúde (médicos, enfermeiros, fonoaudiólogos, e.t.c.) e os profissionais da educação (professores) (GLAT et al., 2006).

Podemos observar que se houver uma relação entre essas áreas no processo de ensino-aprendizado o educando terá um processo de ensino-aprendizagem desenvolvido, em vista que, os professores teriam mais conhecimentos e as indicações às observações dos profissionais de saúde sobre as especificidades de seus alunos, de forma que facilitaria trabalhar o processo da aprendizagem a escolhas dos melhores métodos de ensino para cada criança.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O AEE tem como finalidade um auxílio à sala regular com objetivo a inclusão dos educandos com diferentes limitações e um melhor processo de ensino-aprendizagem, que é diretamente fornecido na escola regular de ensino, esse atendimento ocorre em contra turno ao ensino regular, nesse contexto os resultados das observações mostram uma fragilidade significativa na qualidade do ensino do AEE, em vista a certos aspectos que deveriam colaborar para um melhor processo inclusivo desse aluno, além de influenciar no ensino-aprendizagem.

A falta de recursos multifuncionais e de interesse da família desmotivam o aprendizado da criança com deficiência e dificulta seu aprendizado e inclusão na sociedade, com isso uma das possibilidades para melhorar a função do AEE na escola pesquisada seria a melhoria estrutural no âmbito da sala do AEE e diversas tecnologias assistivas, que os professores fossem mais preparados academicamente, que participassem de formações continuadas com mais frequência do que apenas a disponibilizada pela SEMED do município.

É necessário que gestores da educação e a direção das escolas estejam mais envolvidos e dispostos a melhorar a sala do AEE e os educadores que nela atuam, para o bom trabalho do professor, ainda mais quando se trata da educação inclusiva, não depende apenas deles e sim de todo um trabalho mutuo de gestores, direção, coordenação pedagógica, familiares e profissionais de saúde. Todos pela busca de um melhor processo de ensino-aprendizagem de qualidade, quando se tem conhecimento, disposição, criatividade e investimento o AEE é eficiente e eficaz e atende as diversas necessidades das crianças com limitações.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa de. **Educação infantil**: discurso, legislação e práticas institucionais / Lucimary Bernabé Pedrosa de Andrade. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 194p.: il. - ISBN 978-85-7983-085-3.

ALVES, Denise de Oliveira. **Sala de recursos multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado**. Elaboração Denise de Oliveira Alves, Marlene de Oliveira Gotti, Claudia Maffini Griboski, Claudia Pereira Dutra. Brasília. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 36, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Presidência da República. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências**. Brasília: 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Inclusão. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Secretaria de Educação Especial – Inclusão. **R. Educ. esp.**, Brasília, v. 4, n. 1, p. 7-17, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução N° 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.** Diário Oficial da União, Brasília, Seção 1, p. 17, 2009.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CARDOSO, Camila Rocha; TARTUCI, Dulcéria. **O funcionamento do atendimento educacional especializado nas salas de recursos multifuncionais e a atuação docente.** VIII Encontro da associação brasileira de pesquisadores em educação especial, Londrina, nov., 2013.

COSTA, Vania Cristina Marques da; CERON, Jussara Cristina Mayer. A participação da família no processo de desenvolvimento escolar dos estudantes do ensino fundamental: desafios reconhecidos no cotidiano da Escola Municipal Maria Aparecida Amaro de Souza. **Revista Eventos Pedagógicos**, v.5, n.2 (11. ed.), p. 330 - 339, 2014.

FETTBACK, Carin Schultze; BALDIN, Nelma. O contexto da educação especial na perspectiva da educação inclusiva: as vozes dos professores e dos familiares na rede municipal de ensino de Joinville - SC. **Rev. on line de Política e Gestão Educacional**, v. 2, n. 17, 2014.

GATTI, Bernardete A. FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL: características e problemas. **Educ. Soc.**, v. 31, n. 113, p: 1355-1379, 2010.

GLAT, Rosana; FERNANDES, Edicléa Mascarenhas; PONTES, Maria Luiza; ORRICO, Helio Ferreira. Educação e saúde no atendimento integral e promoção da qualidade de vida de pessoas com deficiências. **Revista Linhas**, v. 7, n. 2, 2006.

MILANEZ, Simone Ghedini Costa; OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de; MISQUIATTI, Andrea Regina Nunes. **Atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual e transtornos globais do desenvolvimento.** São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília : Oficina Universitaria, 2013. 144 p.

RODRIGUES, Roberta Karoline Gonçalves; CIA, Fabiana. **AS RELAÇÕES DO PROFESSOR DE SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS PRÉ-ESCOLAR: a escola, o professor da classe comum e as instituições especializadas.** VIII Encontro da associação brasileira de pesquisadores em educação especial, Londrina, 2013.

ROPOLI, Edilene Aparecida. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva.** Brasília. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

SEABRA JR., Manoel Osmar; LACERDA, Lonise Caroline Zengo de. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: planejamento e uso do recurso pedagógico. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, e230016, 2018.

SILVA, Margaret do Rosário. **Dificuldades enfrentadas pelos professores na Educação Inclusiva.** Trabalho de Conclusão de Curso. Dificuldades enfrentadas pelos professores na Educação Inclusiva. Universidade de Brasília- UnB. Brasília- DF, f.54, 2011.

SOUZA, Hellen Karolinni Rocha; VITAL, Kelly; DUARTE, Valéria de Oliveira; LOPES, Betania Jacob Stange. Inter-relação entre professores da sala de atendimento educacional especializado e do ensino regular. **RPGE– Revista on line de Política e Gestão Educacional**, v.21, n.esp.2, p. 1048-1062, nov. 2017.

TEIXEIRA, Hélita Carla; VOLPINI, Maria Neli. A importância do brincar no contexto da educação infantil: creche e pré-escola. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, v. 1, n. 1, p: 76-88, 2014.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

CAMILA RODRIGUES DOS SANTOS - Pedagoga pela Universidade Potiguar (UnP) em 2009, especialista em Educação Infantil e Anos Iniciais pela UnP (2010). Em 2017 se torna Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e inicia o Doutorado no mesmo programa e universidade em 2019, na linha de Pesquisa: Educação, Representações e Formação Docente. Atualmente é Coordenadora Pedagógica na rede Municipal de Natal em uma escola de Educação Básica: Educação Infantil e Ensino Fundamental I, professora na Educação Infantil na rede Municipal de Parnamirim em Escola de Ensino Infantil, professora da pós-graduação lato sensu em Educação na UnP. Avaliadora da revista Revista Principia - Divulgação Científica e Tecnológica do IFPB. Com experiência na área de Educação, com ênfase em Ensino-aprendizagem e Administração Educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: educação básica, ensino superior, alfabetização, formação e profissionalização docente. Desenvolve pesquisas sobre formação de professores, profissionalização docente, representações sociais e políticas públicas educacionais. O Centro de Educação Infantil ao qual atua, recebeu em 2018 a certificação do PEA- Programa de Escolas Associadas da (UNESCO) com um projeto ao qual foi professor participantes. Como autora de livros participou da organização do livro “BNCC em debate: Como fica a docência?” em 2019 e em 2017 da organização do E_Book “Interdisciplinaridade e Ensino: saberes docentes, desafios da prática”. Tendo publicações relevantes de alguns capítulos de livros e periódicos nacionais e internacionais. Contato: mila.rodrigues.sts@gmail.com

ELDA SILVA DO NASCIMENTO MELO - Pós doutora em Educação pela Universidade de Valencia/UV/Espanha (com apoio da CAPES). Professora do Departamento de Práticas Educacionais e Currículo e do Programa de Pós-graduação em Educação do Centro de Educação da UFRN. Foi Coordenadora de Gestão Educacional do PIBID/UFRN entre 2012 e 2015. Participa de grupos de pesquisa na área de Educação, assim como coordena projetos de pesquisa envolvendo temas como a Formação Docente, Teoria das Representações Sociais e Praxiologia de Pierre Bourdieu. Ministra as disciplinas de Estágio Supervisionado no curso Ciências Sociais e Pedagogia, atuando também como avaliadora de cursos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Atualmente exerce os cargos de Pró-reitora Adjunta de Graduação e Diretora de Desenvolvimento Pedagógico – DDPEd da Pro-reitoria de Graduação da UFRN e, ainda, faz parte da Comissão Própria de Avaliação - CPA da UFRN. Suas áreas específicas de interesse incluem Formação Docente, Metodologias de Ensino e Aprendizagem e Representações Sociais. Contato: eldamelo@ufrnet.br

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alfabetização 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 89, 139, 140, 141, 148, 161

Animais 12, 57, 93, 103, 104, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 144, 146, 147

Anos iniciais 44, 46, 49, 138, 141, 161

Aprendizagem 2, 6, 11, 14, 15, 17, 18, 21, 23, 24, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 39, 43, 47, 52, 53, 55, 56, 60, 62, 68, 69, 70, 71, 81, 83, 86, 88, 89, 92, 93, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 109, 112, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 128, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 147, 148, 149, 161

Atendimento educacional especializado 128, 130, 131, 132, 133, 136, 137

Atendimento em sala de recurso 129

Atendimento especializado 129, 135

Autismo 19, 20, 24, 25, 26, 27, 28, 29

B

Base Nacional Comum Curricular 11, 18, 63, 66, 85, 89, 102, 121, 123, 126, 127

Bebês 1, 119, 120, 121, 122, 123

Berçário 1, 3, 8, 86, 119, 122, 123

C

Consciência fonológica 138, 139, 140, 141, 147, 148

Contos 6, 8, 84, 85, 86, 88, 89, 90

Coordenação pedagógica 52, 114, 116, 136

Crianças 1, 2, 4, 5, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 139, 140, 141, 148, 155

D

Diretrizes Curriculares Nacionais 43, 52, 53, 63, 109, 113, 126, 127

E

Educação básica 18, 21, 22, 23, 28, 29, 30, 31, 37, 38, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 63, 65, 73, 103, 104, 125, 127, 130, 137, 155, 157, 161

Educação especial 19, 20, 21, 22, 23, 25, 28, 29, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 156

Educação integral 124, 127

Educação matemática 30, 31, 32, 34, 35

Ensino de probabilidade 30, 31, 34

Envolvimento 16, 58, 88, 107, 108, 117, 127, 135

Escola 1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 13, 18, 22, 23, 28, 29, 35, 39, 42, 47, 50, 56, 57, 59, 71, 76, 81, 86, 87, 89, 95, 101, 103, 104, 110, 112, 115, 116, 118, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 140, 141, 149, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161

Escrita 2, 26, 42, 86, 88, 93, 96, 97, 112, 117, 132, 138, 139, 140, 141, 143, 146, 147, 148

Experiências 2, 3, 6, 8, 10, 11, 18, 22, 38, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 64, 65, 66, 67, 68, 72, 78, 80, 85, 89, 93, 101, 104, 105, 107, 109, 113, 114, 115, 117, 118, 121, 122, 123, 126, 127, 154, 160

F

Formação continuada 17, 23, 28, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 47, 48, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 74, 82, 115, 116, 117, 132

Formação de professores 37, 51, 119, 120, 137, 154, 158, 160, 161

Formação do caráter 124, 125, 126, 127

I

Inclusão 19, 20, 21, 22, 23, 28, 29, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 137

Infância 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 15, 24, 52, 62, 65, 67, 69, 83, 103, 107, 109, 113, 122, 123, 157

J

Jogo dramático 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18

L

LDB 22, 28, 50, 64, 65, 69, 125, 126, 129, 130, 135

Leitura 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 16, 42, 43, 67, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 93, 97, 132, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148

Linguagem oral 91, 92, 93, 100, 101, 140

Literatura 6, 9, 16, 37, 43, 54, 84, 85, 89, 90, 140

M

Música 7, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 88, 97, 98, 99, 108, 141, 142, 146

P

Parâmetros Curriculares Nacionais 33, 35

Pintura a dedo 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 80, 81, 82

PNAIC 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51

Práticas pedagógicas 43, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 109, 119, 120, 121, 122, 126

Professores(as) 37

Programa 18, 29, 37, 38, 40, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 58, 62, 125, 154, 157, 159, 160, 161

Projetos pedagógicos 103, 104, 106, 118

R

Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Infantil 54

Reflexão da prática 114, 115

Registro 75, 97, 99, 101, 104, 112, 113, 114, 116, 117

V

Valores humanos 85, 124, 125, 126, 127

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-722-2



9 788572 477222